

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Justiça restaurativa e as teorias justificadoras da pena

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Fabiola Marques Monteiro

Categoria do Trabalho

5

Instituição

UNIVERSIDADE FUMEC

Introdução

Tomando-se por base as teorias justificadoras da pena, a saber, as teorias retributivas, preventivas e abolicionistas, o artigo “Um diálogo entre os fins da pena e a justiça restaurativa”, de autoria de Claudio José Langroiva Pereira e Renan Azevedo Leonessa Ferreira, destaca os aspectos críticos do atual sistema penal e justifica a adoção da justiça restaurativa como uma alternativa às penas privativas de liberdade. É defendida a aproximação entre o autor do fato e a vítima, apartando a atuação do Poder Judiciário e deixando espaço para a atuação de equipes multidisciplinares voltadas à pacificação.

Objetivo

O objetivo do trabalho é traçar um paralelo entre as teorias da pena e a justiça restaurativa, trazendo os pontos de distinção mais relevantes entre as teorias, de modo a evidenciar o ponto em que a teoria retributiva é incompatível com a justiça restaurativa, que mais se aproxima dos ideais da teoria preventiva, com nuances abolicionistas.

Material e Métodos

Foi adotada a pesquisa bibliográfica, inicialmente a partir do artigo “Um diálogo entre os fins da pena e a justiça restaurativa”, de autoria de Claudio José Langroiva Pereira e Renan Azevedo Leonessa Ferreira. Foram consultados, também, os artigos “Justiça restaurativa: um horizonte possível à luz dos fins da pena”, de Yago Daltro Ferrado Almeida e Maria Fausta Cajahyba Rocha, e “Justiça restaurativa no processo penal brasileiro: a prática restaurativa da mediação vítima-ofensor como forma de resolução de conflitos criminais”, de Cláudio Daniel de Souza, Luan Christ Rodrigues e Sérgio Urquhart de Cademartori.

Resultados e Discussão

A discussão acerca da possibilidade de ser a justiça restaurativa uma alternativa ao cárcere e, por conseguinte aos reflexos negativos advindos deste, demanda uma análise acerca das teorias justificadoras da pena. Assim, segundo a teoria retributiva, defendida por Kant e Hegel, a pena nada mais é senão a retribuição ao delinquente pelo fato delituoso por ele praticado, ou seja, uma resposta à violação ao direito. Para a teoria retributiva, a prevenção de novos delitos é um efeito acessório da pena. A teoria preventiva, por seu turno, defendem o caráter utilitário da pena, qual seja, a prevenção à criminalidade e a ressocialização do delinquente. O Código Penal Brasileiro adota ambas as teorias. A Lei de Execuções Penais, por seu turno, se inclina à teoria preventiva posto

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



trazer em seu corpo institutos que primam pela ressocialização do apenado. Cumpre mencionar, ainda, as teorias abolicionistas do cárcere mediante adoção de alternativas, visando a pacificação dos conflitos.

Conclusão

Partindo-se do ideal da Justiça Restaurativa, qual seja, o de fornecer alternativas ao encarceramento, é possível depreender que este não se compatibiliza com a teoria retributiva da pena. A Justiça Restaurativa busca o diálogo entre a vítima e o seu ofensor, deslocando a vítima para um papel de protagonismo, defendendo que a aproximação desta com o ofensor teria maiores repercussões inclusive quanto à prevenção e ressocialização, sendo estes consectários da teoria preventiva.

Referências

PEREIRA, C. J. L.; FERREIRA, R. A. L. Um diálogo entre os fins da pena e a justiça restaurativa. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 49, 2022. DOI: 10.22456/0104-6594.113293. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/113293>. Acesso em: 18 abr. 2024.

FERRARO ALMEIDA, Y. D.; ROCHA, M. F. C. Justiça restaurativa: um horizonte possível à luz dos fins da pena. In: XIII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2017, Santa Cruz do Sul. XIII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2017.

SOUZA, C. D.; RODRIGUES, L. C.; CADEMARTORI, S. U. de. Justiça restaurativa no processo penal brasileiro: a prática restaurativa da mediação vítima-ofensor como forma de resolução de conflitos criminais. Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9679/2023.v9i1.9742>. Acesso em: 18 abr. 2024.